

ESPAÇOS PÚBLICOS E GEO-SIMBOLISMOS NA “CIDADE-ESTUÁRIO”: RIOS, PONTES E PAISAGENS DO RECIFE

Caio Maciel¹

Resumo

As imagens dos espaços públicos estão impregnadas dos valores e sentidos, muitas vezes conflitantes, que a sociedade lhes imputa, refletindo contradições e desacordos entre os diferentes atores que constroem e interpretam a cidade. Entretanto, há lugares e objetos que assumem um papel de síntese, gerando metonímias geográficas com grande poder de orientar as leituras e ações sobre o espaço urbano. Este artigo analisa como a retórica da paisagem opera na qualificação simbólica e material do centro do Recife, recorrendo a um imaginário geográfico longamente sedimentado, mas nem por isso estático, que inclui os seus rios, pontes e mangues.

Palavras-chave: Geografia da percepção, semiologia urbana, cidade do Recife

Abstract

The images of public spaces are impregnated with values and meanings, sometimes antagonistic ones, that society ascribes to them, mirroring contradictions and a lack of consent among the different actors who perform the role of constructing and interpreting the city. However, there are places and objects that take on a role of synthesis, generating geographical metonymies that have a great power of orientation of the interpretations and actions on the urban space. This paper analyses how the landscape rhetoric operates on the symbolic and material qualification of downtown Recife (Brazil), resorting to an aged geographical imaginary that has been accumulating for decades, but nevertheless not static, including Recife's rivers, bridges and mangroves.

Keywords: Geography of perception, urban semiology, city of Recife

Numa perspectiva de atenção privilegiada à sua geograficidade, o espaço público deve ser concebido como um lugar real - ao mesmo tempo material e imaterial - de onde se tece a unidade instável da sociedade moderna (BERDOULAY, CASTRO e GOMES, 2001). A atividade comunicacional cotidiana nele estabelecida aglutinaria os sujeitos a um território ou a um ambiente natural, mobilizando princípios e condições necessários a uma dinâmica de coexistência essencial à democracia. Um dos desafios da análise geográfica reside em identificar processos visíveis correlatos aos valores simbólicos que presidiriam à estruturação funcional de tais lugares.

Os objetos geográficos naturais e construídos participam das práticas sociais que lhes imputam valor simbólico, assumindo às vezes o poder de representar identidades locais, regionais e até nacionais, ao mesmo tempo em que conferem particularidades físicas, paisagísticas e arquiteturais decisivas para a funcionalidade do espaço público. Apesar da mobilização de mitos e valores por um imaginário geográfico específico, os lugares investidos das qualidades de espaços públicos submetem-se também à racionalidade e à atividade cultural relacionadas aos modos de co-existência social.

Assim, por exemplo, cada cidade possui lugares de convivência e comunicação cuja sociabilidade excepcional funda-se numa *imagem espacial de fundo ideal* (condensadora

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas

da diversidade sócio-espacial do conjunto), mas que é também a ponta de lança de discursos e ações concretas orientados para a estruturação material do território.

Tais questões aparecem nitidamente quando observamos os espaços públicos caracterizados pela busca de contato com a natureza – como praias, rios ou parques. Pontos de referência dos quadros geográficos de origem e dos problemas ambientais urbanos, eles são reveladores duma “*ética da estética da paisagem*” (CASTRO, 2002). Isto pode ser facilmente constatado quando analisamos os resultados de diversas sondagens realizadas pelos meios de comunicação de massa acerca das paisagens-símbolo da cidade do Recife.

Tome-se, por exemplo, a pesquisa do Jornal do Commercio para marcar o 465º aniversário da capital pernambucana (disponível em www.jc.com.br, acessado em setembro de 2002). Na ocasião, os leitores elegeram “*o principal cenário da cidade*”. Tanto o texto que incita à reflexão dos leitores quanto o que introduz a divulgação dos resultados são ricos no tipo de simbologias que envolvem o espaço público:

Para “*eleger definitivamente*” a imagem espacial sintética dos valores locais, o Jornal propôs uma pergunta que “*sempre volta à mente dos pernambucanos: afinal, qual é a paisagem que é a cara do Recife?*” A promoção, que apontou uma série pré-selecionada de lugares e a festa máxima do carnaval como opções, recebeu durante uma semana 2.543 respostas sobre “*a paisagem que mais remete à cidade*”, chegando à seguinte conclusão: “*como não era de se estranhar, o 'Rio Capibaribe e as pontes' foi a primeira colocada, com 71% dos votos dos internautas, ficando muito à frente das outras opções. O 'Carnaval', por exemplo, foi a segunda mais votada e obteve apenas 10% dos votos. No terceiro e quarto lugares, a 'Praia de Boa Viagem' e o 'Porto e o Marco Zero', com 9% e 8%, respectivamente*” (idem). Outros lugares foram apontados por 2% dos votantes².

Se o resultado pareceu absolutamente previsível aos olhos dos organizadores – afinal, Recife é conhecida como “cidade-estuário” e “Veneza brasileira” graças às muitas ilhas, rios e canais que caracterizam seu sítio central – a organização da atividade revela um mote recorrente, posto e repostado ao espírito dos recifenses³. Diante de mudanças históricas importantes na organização urbana, como a desativação de parte das atividades do porto, a poluição fluvial crescente e a perda de dinâmica do centro histórico em favor da praia, os habitantes são confrontados, por outro lado, com reformas no bairro do Recife Antigo ou com a revalorização cultural do ambiente estuarino e da sua vegetação típica pelos movimentos ecológicos e sociais, principalmente na década de 90 do século XX.

É preciso lembrar que embora a vulgarização midiática seja importante, os conteúdos simbólicos necessitam ser densamente incorporados ao longo de várias gerações para que influam em decisões individuais (CASTRO, *op. cit.*, p.128).

Nesta soma de sentimentos contraditórios, as pontes, rios e mangues adquiriram profundidade no imaginário social, sendo vistos como importantes marcos para representar a alma coletiva da cidade, participando da construção de um “ideal recifense” de “confluência” da vida social, da natureza e da organização física do meio urbano. Ou seja, estes espaços participam simbólica e materialmente das realidades sociais, políticas e culturais que os englobam, embora os espelhos d’água representem muito pouco da superfície municipal. Efetivamente, do ponto de vista topográfico, a capital pernambucana é composta por quase 2/3 de colinas (os chamados morros), 1/5 de planícies e menos de 10% de áreas aquáticas.

² Se considerarmos que o ponto alto do carnaval recifense desenrola-se às margens do rio Capibaribe, e que o Porto e o Marco Zero situam-se numa ilha do seu estuário, chegamos à conclusão de que para 89% da população pesquisada este rio representa a cidade.

³ Pesquisas similares chegaram a resultados parecidos, mas a persistência da dúvida sobre a paisagem-símbolo da cidade é reveladora dos efeitos de transformações urbanas recentes e da dificuldade em lidar com os seus contrastes sociais e ambientais.

No presente artigo, propomos uma reflexão a propósito de como as paisagens simbólicas tomam forma e adquirem uma dimensão de síntese das cenas comuns e das tensões características da modernidade, podendo influir em ações concretas que incidam sobre os atributos físicos e materiais dos lugares de confluência social e ambiental, como os espaços públicos. Afinal, a mobilização de narrativas mais ou menos míticas pelo imaginário geográfico se faz em relação direta com o espaço – conteúdo e continente dos simbolismos – o que nos permite uma abordagem não-idealista da questão. A paisagem, deste ponto de vista, “só é imagem, produzida e incorporada pelo imaginário social, porque reflete um real concreto, no qual a geografia se encontra em primeiro plano” (CASTRO, op. cit., p.124). Como modo de ligação entre o espaço e a imaginação, ela carrega códigos e símbolos territoriais instituídos coletivamente.

Com efeito, as identidades territoriais encontram nas paisagens uma fonte de simbolismos e um meio de expressão privilegiados, como vimos no exemplo acima. Todas as paisagens são metonímias espaciais, isto é, encerram uma forma de pensar e de desenvolver o saber de referencia ao espaço, articulando lugares particulares a totalidades territoriais. Isto se faz a partir do imaginário geográfico, de sentimentos identitários e de características materiais e culturais comuns que favorecem a sedimentação de certas representações ao longo do tempo. Além do mais, quando lidamos com paisagens revestidas de poder simbólico, como as imagens espaciais relacionadas ao espaço público, devemos levar em conta que sua conservação ou degradação adquirem significados éticos e políticos, antes que meramente estéticos.

Se o espaço público não aceita, por definição, a fixação de identidades particulares ou comunitárias, ele representa por outro lado o projeto de uma unidade política negociada e ritualizada com base em normas e regras de coexistência social, política e espacial. A busca de “confluências” apela, então, para uma razão metonímica que integre as diferenças, colocando-as em relação a um todo maior, plural e integrativo, uma vez que a memória coletiva é composta de experiências individuais bastante específicas. Portanto, a metonímia geográfica é uma das condições necessárias à existência do espaço público, na medida em que referencia as decisões individuais na idéia de paisagem como bem comum construído ao longo da história e carregado de valores sociais e culturais.

A imagem-símbolo dos rios e pontes de Recife é um tipo de metonímia geográfica baseada numa relação integrativa (sinedóquica) entre natureza e cultura num sítio urbano de estuário. Pois bem, como este processo é deslanchado a partir de um lugar específico, e não na busca de construir um tipo ideal abstrato, a metonímia atinge uma consistência histórica e geográfica profunda, projetada nas percepções e comportamentos daqueles que a mobilizam, re-interpretam e integram em novos sistemas de metáforas. Esse poder direcionador do imaginário pela paisagem é o que a faz matriz de comportamentos e ações, como ensina Augustin Berque (1998).

A razão ou retórica paisagística, antes de mera imposição político-ideológica, conforma-se também enquanto expressão de um sujeito que institui sua visão de mundo a partir de um lugar e de um imaginário geográfico, porém em constante e recíproca relação com os processos sócio-culturais de simbolização (imagens e discursos da mídia, da arte, da política, da ciência etc.). Recorrendo ao imaginário através de uma ação narrativa contextualizada pela cultura, o raciocínio metonímico e sinedóquico podem atuar tanto em direção do apagamento quanto da soma das diferenças. Este jogo de forças simbólicas é importante na compreensão das tensões inerentes ao espaço público enquanto lugar de disputas para inscrever, legitimar e resolver os problemas sócio-territoriais decorrentes do jogo democrático.

A relação da cidade do Recife com os seus rios, pontes e zonas ribeirinhas é carregada destas tensões. A imagem simbólica de “cidade-estuário” evoca as inúmeras ilhas, canais e alagados que separam seus habitantes, mas é também o fundamento do poder metafórico das pontes e do porto como elementos de ligação. Por outro lado, a pesada herança dos aterros, das enchentes e de uma população pobre sobrevivendo em condições precárias nos mocambos (favelas ribeirinhas em palafitas) deve conciliar-se com a nostalgia dos modos de vida pitorescos às margens do rio. Com a atual re-valorização dos cais, ruas e calçadas onde a vida política e cultural encontra freqüentemente expressão e visibilidade máximas, essas imagens buscam uma nova coerência discursiva. O racional e o imaginário são convocados para conferir significações espaciais e reivindicar ações institucionais concretas em todos estes lugares, objetos físicos e alegorias da cidade.

As reflexões sobre o papel da imaginação vêm sendo reivindicadas no seio da geografia social e cultural, apesar do reconhecimento da centralidade do imaginário ser freqüentemente o único ponto em comum nas diversas abordagens existentes (COSGROVE, 1994). Tentando aprofundar o papel da imaginação para o estabelecimento dos sentidos do mundo, Denis Cosgrove e Peter Jackson enfatizam que as qualidades simbólicas da paisagem possibilitam uma interpretação do seu significado social. Em consequência, identificam como foco o papel da linguagem na construção da realidade:

“(...) os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. Segundo eles, o conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra” (COSGROVE e JACKSON, 2000, p.18).

No entanto, os próprios autores restringem o alcance do imaginário na produção e interpretação da iconografia da paisagem. Para eles, as metáforas da paisagem como “*texto*”, “*teatro*” e “*documento social a ser lido*” devem tomar criticamente a linguagem e a imagem enquanto mecanismos de mistificação ideológica. Deste modo, apenas a geografia social poderia apontar as aparências enganadoras, as manipulações ideológicas, partindo de uma perspectiva combinada da filosofia do significado e do materialismo histórico para chegar à “*interpretação em profundidade*” das paisagens contemporâneas, que seriam tributárias das relações de poder.

Tal enunciação do campo de estudos para o imaginário geográfico parece ainda não ser suficiente, pois nesta abordagem as paisagens culturais são vistas simplesmente como códigos resultantes das relações de poder e cujas regras precisam ser decifradas. Elas seriam essencialmente uma representação de ordem estética, e acima de tudo de origem pictural, emolduradas pelas classes dominantes. Os elementos que sustentam esta concepção pictórica e representacional – traduzidos de acordo com Jean-Marc BESSE (2000) pelos termos inter-relacionados de representação, estética e pintura – mostram-se necessários, porém insuficientes para dar conta do problema da existência empírica da paisagem e da pluralidade de sua mobilização em diversos contextos políticos e culturais.

Em nossa opinião, ao por em relevo as correlações entre certas fisionomias e um imaginário social, a paisagem descortina um horizonte mais vasto para o desenvolvimento da questão das identidades que concorrem para a eleição, manutenção e transformação de determinados lugares em representantes privilegiados de valores e aspirações da sociedade. Neste sentido, o conceito de paisagem metonímica pode ser útil para a análise

do espaço público posto que evidencia, tanto o processo de simbolização (narrativas e mitos unificadores), quanto a materialidade (ambiente, fisionomias) presentes na sua constituição enquanto um projeto da modernidade. O problema filosófico decorrente desta escolha conceitual é uma preocupação longamente posta na geografia em termos da tensão entre construção social do visível e fisionomia concreta de um espaço que, apesar de dar-se a ver, não se resume à esfera do visível (BESSE, op. cit., p.95 -114).

Jean-Marc Besse, ao revisar a contribuição da geografia clássica acerca da fisionomia da paisagem, sugere que não se trata de recusar a perspectiva estética, mas tomar o desafio de analisar seu conteúdo e suas razões, “reconciliando” conhecimento, sentimento e julgamento estético: o visível conta algo, logo é preciso ler a paisagem, aprender a decifrá-la. Nesta perspectiva, a paisagem revelaria algo, exprimiria mais do que uma mera experiência sensível e por isto não seria simplesmente representação. Ao aceitar tal ponto de vista, herdeiro do pensamento lablacheano, o conhecimento geográfico pode tomar a paisagem enquanto um encontro onto-gnosiológico, um trabalho eminentemente interpretativo que não dispensa o papel das imagens e da imaginação, tampouco pode ser separado do universo das formas concretas do espaço terrestre.

A dinâmica das imagens e da transformação do olhar em linguagem pressupõe a atualização das questões postas pelos símbolos e processos de simbolização, correlacionando tanto suas repercussões quanto sua ancoragem no território e no ambiente. Por este efeito sinérgico, o esforço interpretativo da paisagem não deve se contentar com as explicações reducionistas, as quais emolduram toda imagem como estereótipo. Em acréscimo, também é necessário compreender o papel dos prejulgamentos e das metáforas lexicalizadas na construção da realidade. As “paisagens de cartão postal”, como as pontes e mangues da cidade do Recife, participam de uma dinâmica muito mais rica que a mera instituição de uma estética imutável a serviço das elites ou da propaganda, uma cortina de fumaça para escamotear a miséria real dos que vivem na lama. Elas guardam a possibilidade de articular criativamente realidade e discurso através do imaginário geográfico dos seus habitantes.

Torna-se evidente o recurso crítico à noção de representação em geografia. Como criação social e/ou individual de um esquema pertinente do real espacial (GUÉRIN, 1989) as representações ressaltam o sentido e os valores que os indivíduos e grupos atribuem ou assimilam aos ambientes a que se referem. Além disso, tomadas enquanto “construções interpretativas”, as representações possibilitam uma categorização das relações que os homens entretêm com o espaço (DESPIN, 2002). A especificidade inserida pela escolha da noção de paisagem na perspectiva acima assinalada consiste em que esta não é apenas representação, mas existe enquanto parte da realidade exterior, a qual se busca transmitir e compartilhar. Como construção interpretativa, a paisagem metonímica mediará o intercruzamento das experiências individuais e coletivas em um espaço duplamente híbrido entre o material e simbólico, o natural e o humano.

Haveria, portanto uma relação reveladora entre metonímias paisagísticas e espaço público, ressaltando-se o papel político das diferentes fisionomias evocadas e interpretadas pela atividade dos sujeitos concernidos. “O rio Capibaribe e as pontes” não são imagens apriorísticas ou dotadas de conteúdos imutáveis: o manguezal assimilado pelo movimento musical “mangue beat” interpela os cidadãos recifenses de modo diferente que a interdição de certas pontes durante o período carnavalesco ou a reforma e organização de novos passeios públicos e jardins às margens do rio, outrora abandonadas ou mal cuidadas.

Entretanto, tendo em vistas as opiniões divergentes e polêmicas suscitadas em torno das ações e valorizações desses mesmos espaços, pode-se dizer que eles são lugares

significativamente densos e representativos da cidade e das questões subjacentes à regulação da sua vida social. As pontes do Capibaribe adquiriram uma potência mítica ao longo do desenvolvimento urbano, motivo pelo qual a relação da sociedade local com o território apela à sua dinâmica paisagística, fortalecendo a mise-en-scène dos problemas sociais e ambientais em espaços públicos que “põem à vista” a condição anfíbia da capital pernambucana.

O sentimento de pertencimento territorial é mediado pela união inextricável entre o sujeito e o seu mundo, tal como sugerem BERDOULAY e ENTRIKIN (1998), ressaltando que as vivências individuais estão em diálogo crítico e permanente com as estruturas ambientais, culturais e econômicas da sociedade em geral. Deste modo, a retórica metonímica da paisagem não deixa de ser uma tentativa de resolver as tensões entre o individual e o social, o aqui e o alhures, uma forma de praticar a arte da coexistência, idéia-força da “cidade-estuário”.

O imaginário geográfico contido e projetado nas paisagens enriquece o estudo do espaço público enquanto uma aspiração da sociedade, antes que um elemento estável e imposto pelas características, às vezes utópicas, do planejamento. O poder de simbolização decorrente do imaginário social e geográfico é indispensável para a compreensão das relações entre a sociedade e o espaço. Segundo Bernard Debarbieux (1995), a estruturação imaginária dos espaços sociais subjaz à sua estruturação funcional – assim, alguns lugares adquiriram o papel de figuras de retórica de um território identitário, geralmente nacional.

O papel dos lugares-emblema como “pontos fortes do território” é decerto importante para compreender o aspecto mítico da estruturação do espaço geográfico, sobretudo em contextos onde se faz necessário reafirmar permanentemente uma hegemonia política e cultural ou reconstruir identidades. Mas quando falamos de espaço público o interesse maior deve recair em como os processos de simbolização decorrentes das relações particulares entre a população e seu ambiente são orquestrados com as relações entre a sociedade em geral e o território. A confirmação, “como não era de se estranhar”, da paisagem-símbolo do Recife guarda a ambigüidade de situar-se numa área que vem sofrendo há muitos anos de estagnação ou declínio, a despeito de sua valorização simbólica e de reformas urbanísticas concretas.

Entretanto, a consideração da simples imagem-emblema pode reduzir a amplitude do conceito de metonímia a um “símbolo público” petrificado, ocultando a riqueza de suas permanentes re-interpretações e dos novos sistemas de metáforas que ela pode engendrar. O espaço público é um lugar de disputas e tensões, frágil e aberto à mutação. Há pouco tempo atrás o mangue do Recife era considerado uma vegetação a erradicar, assim como as populações pobres que habitavam as margens dos rios pernambucanos. Ao longo dos anos 90 assistiu-se a uma intensa revalorização cultural e ambiental do ecossistema estuário, criando-se e recriando-se simbologias completamente novas. Neste sentido o “homem-caranguejo” de Josué de Castro, ícone da degradação humana dos habitantes de mocambo nos anos 40, reaparece transfigurado positivamente em “mangue-boy”, personagem-chave do orgulho musical recifense dos anos recentes.

Mas o simbolismo político é apenas uma forma do simbolismo social que se refere às relações de dominação e poder, visando fixar ou estabilizar certos emblemas (bandeira, língua, monumentos, estereótipos, etc.). O simbolismo coletivo nos estudos culturais não deve ser confundido com as imposições do poder ou com a manipulação dos mitos e redes de imagem visando sustentar uma estratégia de dominação. A imaginação simbólica é também expressão da atividade individual que busca situar-se

numa realidade exterior que a ultrapassa, e por esse motivo o conceito de paisagem, pouco valorizado, torna-se termo incontornável na equação do espaço público.

A paisagem é um elemento fundamental do simbolismo que leva do lugar aos espaços mais abstratos por intermédio do imaginário. Em resumo, a metonímia paisagística seria um ato cognitivo criativo (e não simplesmente reprodutivo) que nos conduziria especificamente da confluência social e ambiental dos espaços públicos à idéia de uma imagem espacial da cidade moderna. Em outras palavras, o espaço público se alimentaria do potencial comunicativo presente na paisagem.

No limite, a comunicação e a ação interpretativa inerente às metonímias geográficas põem em relação às concepções culturais e as vivências espaciais dos grupos concernidos desde a paróquia até a maior verticalidade possível do ato comunicativo. Talvez para o recifense a idéia de “cidade do mangue” cale mais fundo na alma do que para um observador estrangeiro, mais facilmente atraído pela analogia da “Veneza brasileira”. Quer dizer, a fisionomia não é independente do plano afetivo e existencial de quem a identifica e representa. Retorna-se assim ao outro pólo da questão: de quem é o olhar e como ele procede a interpretação?

Deve-se sublinhar novamente que o resultado do encontro entre o individual e o coletivo nem sempre é harmonioso, muito pelo contrário. Sobretudo quando a instrumentalização da paisagem é um vetor da construção identitária nacional, chegando a configurar o que o historiador Ulpiano Meneses chama de “guerras de paisagens” (MENESES, 2001). O repertório de imagens e falas a que recorre o regionalismo político, por exemplo, é vasto neste campo, assim como o uso de geo-símbolos pela propaganda.

Quer dizer, o recurso à noção de retórica paisagística exige ainda a tomada de algumas precauções quanto ao possível exagero das manipulações icônicas. Contudo, longe de ser um artifício estilístico ou puro exercício estético, a retórica é uma maneira de aceder às relações entre experiência e representação da paisagem, como denota Jeremy Foster (1999). De qualquer modo, o resultado objetivo dos discursos e narrativas da imaginação simbólica é uma ordenação culturalmente plausível do “fato do mundo” e o gerenciamento das contradições entre o particular e o universal, o individual e o coletivo, de modo a permitir a sua socialização.

Mas como a paisagem é também uma experiência cultural, ela não pode ser referida enquanto uma vivência puramente intuitiva e livre de pressuposições e vieses. Entrikin (1976, p. 631) já mostrou que não é possível basear o conhecimento em experiências livres de pressuposições, na medida em que a descrição utiliza a linguagem, e esta certamente não pode prescindir de conceitos. Fica claro que a retórica paisagística é um meio eficiente de estabelecer, ressaltar ou contestar, num certo contexto cultural, a relação entre fisionomia e identidade territorial, não se limitando à sensibilidade estética daqueles que a utilizam, nem à estratégia de um poder onipresente.

Concluimos, então, que através da paisagem é possível compreender os mecanismos de produção de uma geografia imaginativa que visa captar e expressar as relações específicas que os homens entretêm com o ambiente. No caso do espaço público, as paisagens metonímicas evocadas parecem reforçar seu caráter aglutinador, possuindo alto grau de eficiência comunicativa, uma vez que devem orientar e condensar ao mesmo tempo muitos simbolismos, oferecendo uma leitura acessível à maior parte da sociedade.

Quando o compositor e maestro pernambucano Capiba escreveu versos nos quais diz que “as pontes são como braços abraçando a cidade” ele apelou a valorizações preexistentes no imaginário geográfico, realçando uma imagem banal das nossas vidas

cotidianas em repertório poético. Mas sua contribuição inscreve-se, sobretudo, na sedimentação da simbologia fluvial que configura características bem particulares ao espaço público do Recife – e talvez de outras cidades ribeirinhas. A recuperação do signo das pontes para elaborar a logomarca da atual gestão municipal decorre da mesma sensibilidade, transformada em eficiente mecanismo de empatia política.

REFERÊNCIAS

- BERDOULAY, V.; ENTRIKIN, N. (1998) Lieu et sujet. Perspectives théoriques. *L'Espace Géographique*, 2 : 111-121.
- BERDOULAY, V., CASTRO, I. E. e GOMES, P.C.C. (2001) L'espace publique entre mythe, imaginaire et culture. *Cahiers de géographie du Québec*, 45: 413-428.
- BERQUE, A. (1998) *Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos para uma geografia cultural*. In:
- CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, p.84-91.
- BESSE, J-M. (2000) *Voir la Terre. Six essais sur le paysage et la géographie*. ACTES SUD/ENSP/Centre du Paysage.
- CASTRO, I. E. (1997) imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E.; GOMES P.C.C. e CORRÊA, R. L. (dir.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 155-196.
- _____. (2002) *Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política*. In: YÁZIGI, E. (dir.)
In: *Turismo e Paisagem*, São Paulo, Contexto, p.121-140.
- CHOUQUER, G. (2001) Nature, environnement et paysage au carrefour des théories. *Études Rurales* n° 157-158, p. 235-252.
- COSGROVE, D. (1994) Worlds of Meanings: Cultural Geography and the Imagination. In K. E. Foot et. al. (ed.) *Re-reading Cultural Geography*. Texas, University of Texas Press, pp. 387-398.
- COSGROVE, D. e JACKSON, P. (2000) Novos rumos da geografia cultural. In R. L. Corrêa e Z. Rosendhal (org.) *Geografia Cultural: um século (2)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 15-32.
- DEBARBIEUX, B. (1995) Le lieu, le territoire et trois figure de rhétorique. *L'Espace Géographique*, 2: 97-112.
- DESPIN, L. (2000) *La refondation territoriale. Concepts et mises en application dans les Pyrénées centrales*. Thèse de doctorat. Pau, UPPA.
- ENTRIKIN, J.N. (1976) Contemporary Humanism in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 66 (4): 615-632.
- FOSTER, J. (1999) Les "Hesperides" de John Buchan: La rhétorique du langage et l'esthétique de l'expérience corporelle dans le Haut-Veld sud-africain, 1901-1903. *Géographie et Cultures*, 31: 65-94.
- GUÉRIN, J-P. (1989) Géographie et représentations: introduction. In Y. André, A. Bailly, R. Ferras et al. (ed.) *Représenter l'espace: l'imaginaire spatial à l'école*. Paris, Anthropos, pp. 3-5.
- JORNAL DO COMÉRCIO ON LINE – www.jc.com.br
- MENESES, U. T. B. (2002) A paisagem como fato cultural. In E. Yázigi (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Contexto, pp. 29-64.